

Polícia teme fuga de Alves

A exemplo do que aconteceu no caso PC Farias, a Polícia Federal teme que o deputado João Alves (PPR-BA) possa fugir. Mesmo assim, está com as mãos atadas, pois o deputado, por suas imunidades parlamentares é detentor de credibilidade e fé pública, além de permanecer no exercício do mandato. A análise é do delegado responsável pelo inquérito, Magnaldo Nicolau da Costa. "Hoje, se o João Alves quiser sair do País, ele sai e, ninguém pode impedir. Em um estado de direito como o nosso, uma pessoa só pode ser presa em flagrante delito ou por ordem judicial".

Segundo a Polícia Federal, um esquema de vigilância ostensiva — ou até mesmo veíada — sobre o deputado João Alves só poderá ser realizado se houver algum fato concreto que permita isso, como a perda do mandato. Caso contrário, o parlamentar poderia mover um processo contra a Polícia Federal por danos a imagem. É que a legislação prevê que liberdade vigiada é uma pena. Portanto, não é legal um procedimento deste tipo, e seria também um desrespeito ao mandato parlamentar.

Em virtude das denúncias contra o deputado João Alves, a

CARLOS MOURA



João Alves: com imunidades

própria Polícia Federal chegou a oferecer segurança para o parlamentar, mas a proposta foi rejeitada. Na verdade, a tentativa era uma estratégia da PF para manter o deputado sob controle. Atualmente, o deputado baiano anda acompanhado por dois seguranças. Segundo seu advogado Antônio Carlos Castro, não são seguranças, são dois sobrinhos de João Alves, que vieram da Bahia para dar apoio ao tio, que tem 74 anos. "Ele tem que ter alguém da confiança dele — junto — para suportar esta pressão toda". E acrescentou: "Você gostaria de ter um carro da Polícia Federal junto com você, o dia inteiro? Eu, se fosse ele, teria seguranças".

As dificuldades da Polícia Federal, no entanto, para observar

o deputado João Alves, não são poucas. Para uma vigilância velada, o órgão não dispõe de agentes suficientes recursos financeiros, nem equipamentos adequados. "É impossível tentar manter vigilância sobre uma pessoa que tem avião, jatinho. Se ele quiser fugir, que fuja, nós é que não podemos cometer irregularidades", concluiu Magnaldo.

Atualmente as delegacias da superintendência da PF, em Brasília, dispõem apenas de cinco agentes cada uma. Um efetivo pequeno frente ao volume de intimações (50 para cada agente) que tem que ser entregues diariamente, e para o trabalho de localização de testemunhas e indiciados no inúmeros processos em andamento. Diante de um quadro como este, para os agentes da Polícia Federal, o reprise do caso PC Farias, ou seja, a fuga do deputado João Alves é iminente... apenas uma questão de tempo, em função do desenrolar dos acontecimentos.

Castigo — A primeira punição do deputado João Alves, o mais envolvido no esquema de corrupção do orçamento, pode vir de seu próprio partido, que deverá expulsá-lo. A Executiva Nacional do PPR se reúne no próximo dia 10 para apreciar o requerimento feito pelos deputados Pedro Pavão (SP) e Fernando Freire (RN) pedindo que a comissão de ética do partido avalie seu comportamento e o expulse.